

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo – PDUI-RMSP

Ata da Audiência Municipal de Mobilização de Guararema Sub-região Leste

Data: 25 de maio de 2016

Local: Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Agricultura

Rua: 19 de setembro, 127 - Centro, Guararema

Horário: 19h

Pauta: Esclarecimentos sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo.

- **Abertura pela Mesa**
- **Apresentação da Emplasa**
- **Debates**
- **Encerramento**

Representantes presentes

Institucionais

Prefeitura Municipal

Prefeito de Guararema – Adriano de Toledo Leite

Secretária de Meio Ambiente e Planejamento Urbano – Solange Wuo

Câmara Municipal – Vereador Benedito da Silva

Secretário Executivo do Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê (Condemat) – Audrey Rodrigues

Emplasa

Fabiana Pereira Coelho

Luiz Carlos de Souza

Henrique Soares Pereira

Sociedade civil

Ver lista de presença.

O auditório da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Agricultura de Guararema sediou, na noite da quarta-feira, 25 de maio de 2016, a primeira audiência municipal de mobilização do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo (PDUI-RMSP) na Sub-região Leste. Acessibilidade e impacto ambiental foram os principais temas abordados. A secretária de Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Guararema, Solange Wuo, abriu os trabalhos pontuando a importância do Plano e da participação da sociedade civil em sua construção. Na sequência, falaram a assessora técnica da Empresa Paulista de

Planejamento Metropolitano (Emplasa), Fabiana Pereira Coelho, e o secretário executivo do Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê (Condemat), Audrey Rodrigues. Fabiana fez esclarecimentos sobre o Estatuto da Metrôpole e o PDUI, introduzindo e explicando os conceitos técnicos do Plano. Em seguida, apresentou o filme institucional do PDUI para reforçar a importância da participação de todos os cidadãos.

A assessora técnica informou que as propostas, documentos e memórias sobre as audiências e as reuniões dos grupos de trabalho do PDUI-RMSP podem ser acompanhados pela plataforma digital do Plano (www.pdui.sp.gov.br). O prefeito de Guararema, Adriano de Toledo Leite, citou o trabalho a ser realizado pelo PDUI e convocou autoridades locais para compor a mesa, entre elas o vereador Benedito da Silva.

Debate

Maria de Fátima Oliveira: Como se faz para participar dessas oficinas? Nós somos do segmento ambiental. Qual deve ser o nosso olhar? Devemos ter um olhar baseado nas questões municipais ou um olhar mais sistêmico da sub-região?

Fabiana: É importante ter presente a escala metropolitana do plano. Neste caso, antes da oficina, leve essa proposta para o site olhando de maneira mais sistêmica: quais os problemas que afetam o seu município, os municípios limítrofes e a sua região. Quais são as questões, as potencialidades e os problemas. Na oficina, vamos verificar a validade dela, se vai fazer ou não parte do plano.

Solange: As oficinas não serão municipais. Serão no mínimo cinco temas diferentes. Se fizer a oficina no município, isso acaba cerceando a visão regional. Assim que fecharem as atas das oficinas temáticas, elas serão disponibilizadas na plataforma do PDUI. Na Conferência das Cidades que será realizada no dia 4 de junho haverá essa visão do município voltada para o regional e o estadual. Um tema já levantado em São Paulo é a importância do desenvolvimento rural, no sentido de manter as pessoas com condições econômicas na zona rural. O êxodo rural e a especulação imobiliária são questões muito sérias. Também será debatido o tema da propriedade, dos pontos de vista social e da sustentabilidade. A conferência, além de ser um preparatório para o plano diretor, trazendo diretrizes norteadoras, também deverá cumprir uma determinação do Ministério das Cidades (com o nome fantasia "A Guararema que Queremos") de se chegar ao regional, que é a questão do PDUI.

Pergunta: Seria possível criar uma linha metropolitana ligando os municípios de Salesópolis-Guararema e Guararema-Santa Isabel, e essas estradas passarem a ser estradas estaduais? Outra proposta: O Ribeirão Guararema causa transtornos em época de chuva e se tenta resolver. Mas Sabaúna, em Mogi das Cruzes, não trata o esgoto e tudo vem para Guararema. Mesmo fazendo piscinão não se consegue resolver 100%.

Resposta: Essas são questões regionais, metropolitanas, que já podem ser colocadas na plataforma. No GT de Transporte, estão sendo discutidas essas questões e já se

pode fazer estudos com os técnicos da prefeitura junto com os técnicos da Emplasa. Há planos setoriais com previsão de serem executados.

Pergunta: No final do projeto, haverá um grande diagnóstico de toda a região metropolitana. Esse diagnóstico vai validar, também, a ação dos municípios, da região e do Estado, com relação à alteração de algumas leis, principalmente as do meio ambiente? Hoje, há uma realidade consolidada, especialmente na questão de áreas irregulares e invadidas. A legislação ambiental não se ajusta a essa realidade. Há levantamentos antigos, uma lei antiga, que não convergem para um resultado prático. Uma vez feito esse trabalho em todos os municípios, pergunto se haverá alteração de procedimento de uma Cetesb ou alteração de uma legislação? Um dos fatores que tornam os projetos inexecutáveis (e eu respondo pela Secretaria de Projetos de Guararema) é a falta de mapeamento atualizado, gerando dificuldades para os estudos do meio ambiente. Os técnicos ficam perdidos quando tomam por base a carta antiga da Emplasa, que é de 1982. Com um trabalho desse porte, aprovado na Assembleia, transformado em lei, será que os municípios poderão mudar essa realidade de forma efetiva? As APPs já não existem; tem áreas invadidas. Há uma realidade onde as coisas não se conversam.

Resposta: Até o momento, das 122 propostas que chegaram tanto do poder público como da população, não há nenhuma sobre esse assunto. Já houve algumas discussões mais informais nos GTs. Como, por exemplo, o caso do ICMS ecológico que só é cedido aos municípios que possuem Unidades de Conservação Estaduais, o que acaba por desmobilizar os municípios a criarem Unidades de Conservação Municipais; essa é uma questão em que, de repente, o PDUI poderia vir a fazer uma mudança na lei.

Pergunta: É importante ter os instrumentos municipais e estaduais na área de transportes. A Emplasa, a partir do momento que juntar esses elementos técnicos, vai criar um instrumento que precisa ser válido perante o Ministério Público, os órgãos, senão o município não avança.

Resposta: Além de indicar os projetos e os programas prioritários para o investimento na área metropolitana, é importante mostrar quais instrumentos serão responsáveis por determinadas ações. Isso tem que ficar bem identificado no PDUI para que não seja uma grande carta de intenções. Os órgãos metropolitanos e estaduais são sempre chamados para as conversas técnicas e também para verificar a viabilidade do estudo para que se possa conversar. Outro exemplo relacionado à linha de transporte é sobre a criação de linhas de ônibus em áreas de proteção. Eles propõem que haja uma análise dos órgãos ambientais antes de colocarem essas linhas nessas áreas. Vale a pena criar novos instrumentos e mostrar que o que se tem está desatualizado e causando problemas que, se não forem resolvidos, só tendem a se agravar.

Comentário: Na questão dos transportes, deve haver certa sensibilidade para manter as pessoas em suas regiões. A partir do momento que fazem estradas aqui e ali, estão incentivando o adensamento veicular.

Resposta: Essas situações que ocorrem nesse município e em outros também podem gerar propostas para a região metropolitana como um todo.

Oscar: Há alguns anos, o governo federal fez uma proposta para a criação de uma via expressa São Paulo-Rio de Janeiro, o trem-bala. Na época, isso trouxe uma grande dúvida sobre qual seria o trajeto, e Guararema seria afetada de um jeito ou de outro. Se seria na antiga Fepasa ou próximo à via Dutra. Tudo isso vai de encontro com o nosso Plano Diretor de não ocupar essas áreas com investimentos habitacionais para evitar a especulação imobiliária e desapropriações desnecessárias. Existe algum trajeto, algum estudo para conciliar com o Plano Diretor Municipal?

Resposta: Há um projeto no Governo do Estado para frentes regionais. Mas o Plano Diretor Municipal continuará sendo respeitado. O do Estado não vai impor um projeto sem compatibilização. Sempre haverá uma conversa entre o poder público e a sociedade.

Pergunta: Nosso Plano Diretor foi elaborado em 2006 que era outro momento. Agora, estamos numa linha que é não mais trabalhar com planos que não condizem com a realidade. Alguns planos são elaborados com uma pequena consultoria externa. Mandamos todo o material que dispúnhamos e eles fizeram uma apresentação de acordo com as compatibilizações e informações. Devolveram para verificação, análise e alteração. Respeitando todos os entes federativos, quem determina o uso do solo do município é o município. As questões regionais dentro do município são importantes para o conjunto.

Pergunta: No caso de um cidadão que não tem acesso à Internet, como ele pode fazer sugestões para o PDUI-RMSP?

Resposta: Quem não tiver acesso à Internet pode escrever ou vir conversar e deixar a sua contribuição. Na próxima semana, haverá uma palestra na escola profissionalizante e na estação literária, que tem também acesso livre para quem não tem Internet.

Valdir Almeida, Prefeitura de Poá: A dúvida é em relação à divisão das sub-regiões para Poá, Suzano e Ferraz de Vasconcelos. Já foi colocada em pauta alguma coisa quanto à divisão em sub-regiões?

Solange Wu: A região maior que a gente está trabalhando é a Região Metropolitana toda, que está dividida em cinco sub-regiões. Fazemos parte dos 11 municípios unificados, tentando desenvolver esse trabalho regional conduzido pelo Condemat, que tem câmaras técnicas de educação, de mobilidade e de gestão ambiental. Estamos também promovendo discussões nessas câmaras com os técnicos das 11 prefeituras, evoluindo nos debates e nas propostas.

Fabiana: Essa organização depende da sub-região, desse contato que já existe. Cabe a vocês se organizarem para participar das oficinas e das audiências sub-regionais. O município não tem que necessariamente pertencer ao grupo dos 11 municípios, mas

àqueles que têm entre si um contexto mais parecido. Essa organização tem que partir das próprias prefeituras.

Solange Wuo: Um exemplo prático é a questão rural, que no nosso eixo leste, Salesópolis, Biritiba e Guararema, é muito parecida. Nas zonas urbana e rural, existem atividades similares. Assim, algumas políticas e algumas propostas podem ser tratadas em conjunto. Poá, Ferraz e Suzano têm a questão de resíduos sólidos. Nós promovemos conversas para fortalecer as propostas, o que também ajuda a organizar o território.

No macrozoneamento, existem áreas de mata ciliar, áreas de interesse metropolitano, as chamadas ZIMs, quando, por exemplo, é identificada uma área com características para o desenvolvimento turístico ou para a criação de um polo de tratamento de resíduos. São os municípios que demonstram interesse em desenvolver determinados projetos, a partir das características naturais da região, e que problemas devem ser enfrentados para se chegar a um resultado promissor.

Pergunta: Divisões de municípios podem ser divisas?

Solange Wuo: Não, a questão do limite não está em questão. A questão é: somos a região mais populosa do Brasil, uma região de metrópole, uma região que congrega e agrega a maior população concentrada. Voltando para a questão ambiental, fazendo uma analogia: o que é poluição? Um lançamento de esgoto dentro do rio Paraíba, proveniente de uma casinha, não vai causar problema. Mas, se forem 20, 50, 100, um milhão de habitações, vai haver um grande problema ambiental. O que acontece numa região metropolitana é que todos os problemas são aumentados pelo número de pessoas que vivem num território muito pequeno. Então, a água é escassa por quê? Porque milhões de pessoas estão ocupando um pequeno espaço do território.

A questão que o PDUI coloca é a seguinte: como podemos melhorar nossa qualidade de vida morando todos numa região metropolitana? Nós temos que nos organizar. O planejamento é a maior ferramenta que existe para o gestor: quem vai planejar, quais são as regras? Os problemas não respeitam os limites dos municípios.

Adriano, Prefeito de Guararema: Só para acrescentar alguns exemplos: as nossas discussões sobre o vetor do uso e ocupação do solo, expansão das nossas ZUPIs, zonas de desenvolvimento industrial, que hoje está 100% na rodovia Presidente Dutra, sentido São Paulo-Rio. Discute-se o potencial que já existe em algumas empresas, já tem uma característica desenvolvida no outro sentido, no sentido São Paulo. Se não estiver em consonância com o PDUI, simplesmente você não consegue implementar. Vou citar o exemplo concreto que envolve Guararema, questões de tríplice fronteira, como a Solange lembrou. Municípios de Suzano, Itaquaquecetuba e Mogi das Cruzes, que é bem complexa essa divisa. Nós temos o Guanabara, o lado de Guararema e o lado de Mogi. Mogi, o serviço municipal de água e esgoto, e Guararema, a Sabesp. Se essas questões não estiverem bem elucidadas numa discussão macrorregional, você não consegue uma solução adequada, e assim, por diante, saneamento, sistema produtor de água, que é algo que está em grande discussão, e outros temas, que, como a Solange falou, problemas que não respeitam os limites entre as cidades. Por isso eu reforço meu pedido para que vocês participem, estudem por meio da

plataforma digital. Divulgar, multiplicar essas informações e também participar, dentro das possibilidades, das próximas oficinas, dos conselhos, enfim, de toda a mobilização que virá pela frente.

Encerramento

Para encerrar, foi informado que as oficinas de trabalho e audiências regionais serão marcadas ao longo deste ano, para que se chegue ao último trimestre com propostas claras e pactuadas por todos. O objetivo é que, ao fim do processo, se proponha à Assembleia Legislativa paulista um Projeto de Lei realmente consistente e representativo dos anseios da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo.